

COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

THE LABOR MARKET BEHAVIOUR IN THE SANTA CATARINA STATE IN THE FIRST DECADE OF TWENTY FIRST CENTURY

Lauro Mattei*
Fabiano Rodolfo**

RESUMO

O artigo analisa o comportamento do mercado de trabalho catarinense na primeira década do Século XXI no contexto de expansão das atividades produtivas. Após sistematizar os marcos gerais das transformações que ocorreram no processo de trabalho, discute-se a dinâmica das ocupações catarinense. Neste caso, nota-se que ocorreu um forte crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) domiciliada nas áreas urbanas, com redução da participação das pessoas ocupadas em áreas rurais. Houve também uma forte expansão do trabalho feminino, embora as mulheres continuem enfrentando dificuldades para alocar sua mão de obra. Os ramos de atividade do comércio e de serviços foram os que mais se expandiram, enquanto o ramo agrícola sofreu forte redução. A grande maioria das pessoas ocupadas tende a se concentrar nas faixas de renda baixas. O artigo concluiu que dentre as principais tendências, destacam-se: a) concentração dos postos de trabalho no setor terciário da economia; b) redução progressiva da participação do emprego agrícola no emprego total; c) persistência das disparidades de renda entre homens e mulheres; d) novos empregos gerados, embora formalizados, concentram-se em faixas salariais inferiores, particularmente naquelas que não ultrapassam a 2 salários mínimos.

Palavras-Chave: Mudanças. Mercado de Trabalho. Santa Catarina.

ABSTRACT

The article discusses the labor market behavior in Santa Catarina State in the first decade of 21 Century in a context with economic growth. We discuss the dynamic of occupation in Santa Catarina after a brief discussion of general transformation in the labor market in the world. In this case, we observed a strong growth in the urban population with economic activities, in comparison with a reduction in the population that live in the rural areas. Also, we saw a strong growth in the female work, in spite of the women's difficult to achieve a job. Services and commerce are the main sectors, while agricultural sector reduce its participation in the labor market. In terms of income, most of the people are concentrated in low level of income. This situation indicate the main tendencies: a) concentration of jobs in the tertiary sector of the economy; b) the agricultural job is declined; c) there is a huge wage differential between man and woman; d) the new jobs created are concentrated in the lowest level of income.

Keywords: Changes. Labor market. Santa Catarina State.

* Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Economia e do Doutorado em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

** Doutorando em Economia pela UFRGS. Tecnologista do IBGE.

1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas por intensas mudanças na esfera econômica, com a emergência do fenômeno da globalização financeira e da reestruturação produtiva, fatos que causaram fortes impactos nos países centrais e, particularmente, nos países em desenvolvimento, como foi o caso do Brasil.

Registre-se que o estado de Santa Catarina não ficou à margem desse processo. Sendo, ainda, uma economia com forte presença agroindustrial e industrial, as novas condições regulatórias introduzidas no país – sobretudo a desregulamentação financeira, as privatizações de empresas estatais e a liberalização do comércio externo, iniciada com a derrubada de alíquotas de importação e amplificada com a política cambial do Plano Real – repercutiram em várias de suas atividades produtivas, merecendo destaque os ajustes nos setores têxtil-vestuário, metal-mecânico e agroindustrial, em que foram combinadas medidas de cunho reestruturador (em termos tecnológicos e organizacionais) com iniciativas de redução de custos (implicando diminuição de mão de obra).

Em Santa Catarina, tais mudanças suscitam interrogações, entre outras coisas, sobre a continuidade de estruturas herdadas historicamente, as quais são tratadas equivocadamente em alguns meios acadêmicos e políticos estaduais como parte de um “modelo catarinense de desenvolvimento”¹. Equívoco porque o estado catarinense, desde seus primórdios, está integrado ao modelo econômico do país, que apresenta contrastes e disparidades regionais e sociais que também se explicitam nessa unidade da federação.

De um modo geral, pode-se afirmar que o processo anteriormente descrito obrigou um conjunto de empresas de setores líderes, sob o risco de perder espaço no cenário nacional e internacional, a uma completa reestruturação técnica e organizativa. Com isso, grupos centenários ainda administrados por familiares foram obrigados a se remodelar. Um dos caminhos que muitas empresas encontraram foi a formação de *joint ventures* ou a busca de novos sócios no mercado interno e externo, com o objetivo de manter as fatias de mercado já conquistadas e, se possível, expandir para novas áreas.

Outro aspecto a ser ressaltado é que o aumento da busca pela competitividade ocasionou fechamento de muitas empresas e a redução das atividades em outras, diminuindo com isso a expansão de novos postos de trabalho. Aos trabalhadores que mantiveram seus empregos foi imposta uma intensificação do trabalho, além do aprofundamento das subcontratações e da expansão do trabalho informal. Com isso, o mercado de trabalho de Santa Catarina passou a apresentar os mesmos problemas verificados nas demais unidades da federação, com destaque para o fato de que o comportamento do emprego passou a ser condicionado pelas estratégias empresariais, que ampliaram a adoção de novas técnicas de gestão e a reestruturação tecnológica do processo produtivo. O resultado geral foi o aumento das ocupações terceirizadas, das contratações informais, desprotegidas e precarizadas, além de um aumento substancial das ocupações no setor terciário da economia.

O objetivo do estudo é analisar o comportamento do mercado de trabalho de Santa Catarina na primeira década do Século XXI, marcada por um crescimento econômico estadual

¹ - Este é um debate que envolve pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, sendo que alguns deles analisam a estratégia de desenvolvimento de Santa Catarina a partir de seus colonizadores, creditando a estes o atual estágio em que se encontra o estado. A crítica mostra que paralelamente a ação destes ocorreu uma forte conexão entre as duas economias (brasileira e catarinense), sugerindo que os estímulos da economia nacional foram decisivos para o atual estágio de desenvolvimento do estado.

superior às taxas nacional e com retomada da expansão dos postos formais de trabalho. Para tanto, o artigo contém, além dessa breve introdução, mais três seções. A primeira delas discute algumas das principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho nos períodos recentes. A segunda seção faz uma análise detalhada dos principais indicadores do mercado de trabalho de Santa Catarina, particularmente da composição e dinâmica da População Economicamente Ativa (PEA), dos principais setores geradores de ocupações e do comportamento da renda dos trabalhadores ocupados. Finalmente, a terceira seção apresenta as principais conclusões do estudo, com destaque para as principais tendências do mercado de trabalho catarinense.

2. BREVES NOTAS SOBRE MUDANÇAS RECENTES NO MUNDO DO TRABALHO

As mudanças econômicas e políticas das últimas décadas do Século XX impactaram decisivamente o mundo do trabalho, que se encontrava organizado e funcionando de acordo com os parâmetros do “modelo fordista de produção”. Com o declínio desse modelo, os países capitalistas enfrentaram uma crise em suas estruturas econômicas, obrigando-os a buscar alternativas para sustentar as taxas de produtividade que eram obtidas até então.

A Terceira Revolução Industrial, ainda em andamento, possibilitou a incorporação de um novo padrão de acumulação baseado na especialização e na flexibilidade das atividades produtivas. Este modelo de acumulação flexível levou a uma reformulação dos processos de organização das empresas, exigindo destas altas produtividades, maior qualidade dos produtos e redução de estoques. Paralelamente a isso, ocorreram mudanças nos processos de trabalho, cujos mercados passaram a incorporar características flexíveis e polivalentes em suas estruturas ocupacionais.

Para Antunes (1997, 2002), buscaram-se novos padrões de gestão da força de trabalho, como a “gestão participativa” e a “qualidade total”, tentando amenizar os efeitos da crise fordista. As transformações no processo produtivo, com a constituição de formas flexíveis de acumulação, de nova gestão organizacional, do avanço tecnológico e especialmente do modelo japonês, foram a resposta do capital à sua crise estrutural.

O modelo de organização da produção flexível e enxuta passou a requerer um trabalho mais polivalente e intensivo. Isto significou diminuição dos postos de trabalho, com aumento do desemprego estrutural, derivado da substituição do trabalhador pela automação industrial. Os trabalhadores mantidos nas fábricas, entretanto, tiveram que se adaptar às novas formas de organização da produção, que passaram a exigir um trabalhador multifuncional (DIEESE, 1996).

A flexibilização das relações de trabalho apareceu como parte do processo de racionalização produtiva das empresas, quando a estabilidade nas relações trabalhistas não pôde mais ser sustentada num contexto de instabilidade dos mercados e acirramento da concorrência. A flexibilização foi preconizada como uma das exigências necessárias ao aumento da produtividade e à reversão da crise, sendo assim responsável por causar redução nos empregos estáveis e aumento do subemprego (POCHMANN, 2002).

Deste modo, surgiram novas formas de contratação, como o trabalho temporário, trabalho em tempo parcial, terceirização e o aumento do emprego informal. Assim, as inovações tecnológicas, ao aceleraram as transformações no mundo do trabalho, também alteraram a distribuição setorial do emprego, de forma que os postos de trabalho criados nas atividades ligadas à tecnologia, não compensaram os postos destruídos pela reestruturação.

O progresso tecnológico atingiu todos os setores da economia, provocando uma reorganização da composição do emprego em todos os países afetados pelos avanços tecnológicos. O setor primário perdeu participação, assim como o contingente de empregados

no setor industrial registrou diminuição absoluta em vários países. Os setores de serviços e comércio, apesar da grande participação relativa, ainda continuam incapazes de absorver toda a mão de obra liberada pelos demais setores, sendo epicentro, inclusive, da precarização nos postos de trabalho, bem como da informalidade.

Para Antunes (1997), a fragmentação do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, possibilitou ao capital uma maior exploração e controle sobre a força de trabalho, uma vez que o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes da força de trabalho, fazendo elevar os índices de desemprego estrutural. Já do ponto de vista da qualificação do trabalhador, as formas de produção mais flexíveis tenderam a desqualificar o mesmo, a partir da fragmentação do trabalho, tornando a realização do processo produtivo padronizado e de ritmo mais intenso.

Essas transformações também foram acompanhadas de importantes mudanças no padrão de uso da força de trabalho. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização, e redução no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, p. 34).

No Brasil, especificamente, o processo de estagnação econômica das últimas décadas do Século XX provocou efeitos danosos sobre o mundo do trabalho. Apesar do elevado crescimento das oportunidades de trabalho verificado durante o crescimento industrial, o mercado de trabalho brasileiro se tornou muito heterogêneo. Pesa, neste caso, a correlação indireta entre o crescimento econômico e o aumento do poder de compra dos salários observada ao longo dos “anos dourados”². Estas discrepâncias têm seus efeitos potencializados nos momentos de crise econômica. Assim, durante a longa crise que se abateu sobre a economia brasileira desde o início da década de 1980 foi possível se observar um crescimento extremamente lento do emprego formal e um correspondente aumento das relações de trabalho sem contratos formais, levando a um processo de deterioração do mercado de trabalho.

Este fenômeno foi agravado ainda mais no início da década de 1990 com o processo de abertura comercial indiscriminada, com a desregulamentação dos mercados e com a redução do papel do Estado na economia. De fato, a opção por uma inserção passiva do país no sistema econômico internacional, sem qualquer política de proteção à produção e ao emprego, tem levado a uma desarticulação de diversos setores produtivos tradicionais e impactado negativamente sobre os níveis de emprego. Segundo Baltar e Mattoso (1996), a recuperação da atividade econômica entre 1992 e 1995 tem peculiaridades que a diferenciam da verificada entre 1968 e 1970, que também esteve baseada no intenso aumento das vendas de bens de consumo duráveis. Na recuperação da primeira metade dos anos 1990, os efeitos intraindustriais do aumento da produção de bens de consumo duráveis foram muito menores que os da recuperação do final da década de 1960, como indicam os aumentos bem menos expressivos do emprego e do valor agregado do setor industrial como um todo.

Para esses autores, o escasso dinamismo intraindustrial do aumento das vendas dos bens de consumo duráveis refletiu-se também na geração de oportunidades de emprego formal, tanto na indústria de transformação como em outros setores de atividade. Assim, no conjunto da indústria de transformação, o emprego formal, que tinha diminuído 15% na recessão, praticamente não aumentou com o retorno, em 1995, da produção global ao nível de 1989. Desta forma, concluem que esta escassa geração de empregos, apesar do aumento

² Expressão cunhada por Eric Hobsbawm (1995). Na verdade, trata-se de uma referência ao período entre 1950-1970, quando ocorreu uma grande expansão do sistema capitalista de produção de forma global.

da produção industrial, é consequência de transformações que elevaram intensamente a produtividade do trabalho.

3. DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA

A dinâmica do mercado de trabalho catarinense pode ser mais bem entendida a partir das três últimas fases de expansão do sistema produtivo estadual. A primeira vai de meados dos anos de 1960 até o início da década de 1980. Este foi um período em que se diversificou a base produtiva catarinense, com elevada expansão da indústria; expansão da infraestrutura social básica; elevação dos investimentos em energia e transporte; consolidação de um novo sistema de crédito e estratégias de fomento ao desenvolvimento industrial. Ressalta-se que todo este movimento foi permeado pela participação efetiva do Estado (CUNHA, 1992; GOULARTI FILHO, 2002).

A segunda fase se inicia com o movimento de reestruturação produtiva em âmbito nacional na década de 1990, em que Santa Catarina experimenta mudanças estruturais significativas no seu sistema produtivo, com consequências drásticas sobre o mercado de trabalho. Iniciativas como a introdução de máquinas mais modernas, a redução dos níveis hierárquicos, terceirização e racionalização do trabalho ganharam força neste período, em que os efeitos das políticas econômicas liberalizantes aliadas à menor participação do Estado na economia não devem ser desconsiderados.

A terceira fase diz respeito à primeira década do Século XXI, quando as atividades econômicas são retomadas fortemente, levando a um processo de expansão do emprego e dos salários em praticamente todos os ramos de atividade produtiva.

3.1 Comportamento da População Economicamente Ativa (PEA)

A Tabela 1 apresenta a evolução da População em Idade Ativa (PIA) entre 2001 e 2009. Nota-se que a PIA cresceu 1,94 % ao ano em Santa Catarina no período considerado, atingindo 5.359 milhões de pessoas no ano de 2009, um crescimento de 17% em relação ao primeiro ano da década inicial do Século XXI. Entre os domiciliados em áreas urbanas, a PIA teve uma variação positiva de 2,16% ao ano, enquanto nas áreas rurais o crescimento anual foi da ordem de 0,95%, passando de 881 mil para 950 mil pessoas, bem abaixo do crescimento da PIA total.

A população masculina em idade ativa das áreas rurais cresceu apenas 0,88% ao ano, e a feminina 1,04% ao ano, o que parece indicar os efeitos da dinâmica demográfica do meio rural catarinense provenientes da continuidade do processo migratório em direção às cidades. Os dados mais recentes do Censo Demográfico 2010 divulgados pelo IBGE mostram que o êxodo rural e a tendência à litoralização da população ainda estão presentes, em que pese as iniciativas recentes de órgãos do governo com uma política de reequilíbrio da distribuição populacional no espaço.

Tabela 1 - Santa Catarina: Pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA), na semana de referência da pesquisa, segundo sexo e situação de domicílio. 2001 e 2009. (Em mil pessoas)³

Sexo	Situação do domicílio	2001	2009	Índice de Variação	Taxa anual 2001/09
Total	Total	4.595	5.359	1,17	1,94
	Urbana	3.714	4.408	1,19	2,16
	Rural	881	950	1,08	0,95
Homem	Total	2.300	2.643	1,15	1,75
	Urbana	1.848	2.158	1,17	1,96
	Rural	452	485	1,07	0,88
Mulher	Total	2.295	2.716	1,18	2,13
	Urbana	1.867	2.250	1,21	2,36
	Rural	429	466	1,09	1,04

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pelos autores.

Assim, enquanto os municípios de base agropecuária, em particular os localizados nas regiões Oeste e Planalto Serrano continuam a perder população, os municípios litorâneos – com destaque para a porção centro-norte do litoral, de Florianópolis a Joinville, e para municípios do Vale do Itajaí – seguem com altas taxas de crescimento populacional. As migrações impõem pesadas consequências aos municípios predominantemente rurais: a evasão de mão de obra, uma vez que a população migrante normalmente encontra-se em idade ativa, com efeitos negativos sobre as atividades agropecuárias. Este movimento populacional faz com que se mantenha a tendência de maior participação da PIA urbana sobre a rural, uma vez que em 2001 esta representava 80% da PIA total, passando para 82% em 2009.

A Tabela 2 mostra que a População Economicamente Ativa (PEA) chegou a 3.612 milhões em 2009 no Estado, crescendo a uma taxa de 2,50% ao ano, em ritmo superior ao crescimento da população em idade ativa. Mas chama atenção o enorme diferencial de crescimento quando se considera a situação domiciliar, uma vez que a PEA urbana cresceu a uma taxa anual de 2,98%, enquanto a PEA rural cresceu a taxas módicas de 0,65% ao ano. Com isso, a primeira aumentou sua participação na PEA total de 77%, em 2001, para 81%, em 2009.

Tabela 2 - Santa Catarina: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência da pesquisa, sexo e situação do domicílio. 2001 e 2009.

(Em mil pessoas)

Sexo	Situação do domicílio	2001	2009	Índice de Variação	Tx anual 2001/09
Economicamente ativa					
Total	Total	2.965	3.612	1,22	2,50
	Urbana	2.308	2.919	1,26	2,98
	Rural	658	693	1,05	0,65
Homem	Total	1.715	2.003	1,17	1,96
	Urbana	1.337	1.610	1,20	2,35

³ A semana de referência adotada para a realização da PNAD é, normalmente, a última semana de setembro. Para os anos de 2001 e 2009, foram adotados como semana de referência os períodos de 23 a 29 e 20 a 26 de setembro, respectivamente.

	Rural	379	393	1,04	0,45
Mulher	Total	1.250	1.609	1,29	3,21
	Urbana	971	1.309	1,35	3,80
	Rural	279	300	1,08	0,91
Não economicamente ativa					
Total	Total	1.630	1.747	1,07	0,87
	Urbana	1.407	1.490	1,06	0,72
	Rural	223	257	1,15	1,79
Homem	Total	585	640	1,09	1,13
	Urbana	511	549	1,07	0,90
	Rural	74	91	1,23	2,62
Mulher	Total	1.046	1.107	1,06	0,71
	Urbana	896	941	1,05	0,61
	Rural	150	166	1,11	1,27

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pelos autores.

Por outro lado, a relação PEA/PIA, que era de 0,65 em 2001, passou para 0,67 em 2009. Em grande medida esse resultado se deve ao maior número de mulheres que se tornaram economicamente ativas. A crescente inclusão das mulheres no mercado de trabalho vem sendo determinante para o comportamento da relação PEA/PIA no Estado. O número de homens economicamente ativos aumentou 17% entre 2001 e 2009; já o crescimento no número de mulheres economicamente ativas foi de 29%. Assim, a participação feminina na força de trabalho catarinense passou de 42%, em 2001, para 45%, em 2009.

No entanto, quando se analisa a questão de gênero considerando-se a situação domiciliar, nota-se que, do total de homens economicamente ativos, 78% deles encontravam-se domiciliados em áreas urbanas no ano de 2001, passando para 80% em 2009. Já do total de mulheres economicamente ativas, 77% delas estavam domiciliadas em áreas urbanas no ano de 2001, passando para 81% em 2009. Esse movimento revela a perda de importância cada vez maior das pessoas economicamente ativas, de ambos os sexos, que residem em áreas rurais do estado.

Quando se analisa o crescimento da população não economicamente ativa, observa-se que o crescimento desta categoria é maior em áreas rurais (1,79 % ao ano), comparativamente às áreas urbanas (0,72% ao ano). Nas áreas urbanas a população não economicamente ativa e a economicamente ativa cresceram 0,72% e 2,98% ao ano, respectivamente. Enquanto isso, nas áreas rurais esses percentuais foram de 1,79% e 0,65% ao ano, respectivamente. Como resultado, a participação das pessoas não economicamente ativas residentes em áreas rurais subiu de 13%, em 2001, para 15%, em 2009.

Este comportamento pode estar confirmando a hipótese já documentada em vários estudos de que está ocorrendo um envelhecimento da população rural catarinense, particularmente em função de que o êxodo rural ocorre predominantemente por jovens de ambos os sexos. Além disso, o acesso à aposentadoria rural a partir de 1993 pode também ter contribuído para o crescimento do contingente de pessoas na condição de não economicamente ativos. Nessa condição de ocupação, embora as mulheres continuem sendo a maioria nas áreas rurais, observou-se no período um crescimento percentual maior para os homens classificados como não economicamente ativos.

A Tabela 3 mostra as duas condições das pessoas economicamente ativas. Quanto aos desocupados, nota-se que a desocupação cresceu a uma taxa anual de 5,66% no período. Com isso, o total de pessoas desocupados na PEA passou de 4,15%, em 2001, para 5,29%, em 2009. Em grande medida, esse aumento do número de pessoas procurando emprego se deve ao

fato de que a geração de vagas de trabalho não foi suficiente para absorver todas as pessoas que se tornaram economicamente ativas no período. Isto porque mais 647 mil pessoas passaram a fazer parte da PEA, porém somente 579 mil pessoas conseguiram se situar na condição de ocupadas.

Tabela 3 - Santa Catarina: População Economicamente Ativa e População Ocupada na semana de referência da pesquisa. 2001 e 2009. (Em mil pessoas)

Condição de atividade	Sexo	2001	2009	Índice de Variação	Taxa anual 2001/09
Economicamente ativas	Total	2965	3612	1,22	2,50
	Homens	1715	2003	1,17	1,96
	Mulheres	1250	1609	1,29	3,21
Ocupadas	Total	2842	3421	1,20	2,34
	Homens	1650	1925	1,17	1,95
	Mulheres	1191	1496	1,26	2,89
Desocupadas	Total	123	191	1,55	5,66
	Homens	65	78	1,20	2,31
	Mulheres	59	113	1,92	8,46
Não Economicamente ativas	Total	1630	1747	1,07	0,87
	Homens	585	640	1,09	1,13
	Mulheres	1046	1107	1,06	0,71

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pelos autores.

Mesmo assim, deve-se destacar que tais indicadores ainda mantêm Santa Catarina numa posição destacada no cenário nacional, uma vez que sua taxa de desocupação em 2009 se situou entre as mais baixas dentre todas as unidades da federação.

Em 2009, o número de desocupados no Estado chegou a 191 mil pessoas, sendo 113 mil mulheres e 78 mil homens. Chama a atenção o forte crescimento da desocupação das mulheres no período (8,46% ao ano). Com isso, o percentual de desocupação das mulheres no conjunto da PEA passou de 2%, em 2001, para 3%, em 2009, ou seja, as mulheres passaram a responder por quase 60% do contingente de pessoas desempregadas no último ano considerado. Esse comportamento pode ser explicado pelo fato de que, com a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, aumentam as dificuldades para as mesmas conseguirem alocação em postos efetivos de trabalho.

3.2 A ocupação segundo as categorias de trabalhadores

A Tabela 4 apresenta o total das ocupações segundo as distintas categorias de trabalhadores. Inicialmente nota-se que a geração de vagas se concentrou entre os empregados, categoria que apresentou a maior taxa anual de crescimento (3.73%)⁴. Com isso, esta categoria passou de 57% do total de ocupados, em 2001, para 64%, em 2009.

⁴ Pela definição da PNAD foi considerada empregada a pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

Tabela 4 - Santa Catarina: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência da pesquisa (exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), por posição na ocupação. 2001 e 2009. (Em mil pessoas)

Posição na ocupação no trabalho principal	2001	2009	Índice de Variação	Tx anual 2001/09
Ocupados	2.746	3.311	1,21	2,37
Empregados	1.576	2.112	1,34	3,73
Trab. domésticos	158	168	1,06	0,77
Conta própria	560	591	1,06	0,68
Empregadores	171	225	1,32	3,49
Não remunerados	281	215	0,77	-3,29
Desocupados	123	191	1,55	5,66

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pelos autores.

A segunda categoria mais relevante ainda continua sendo a dos trabalhadores por conta própria, porém com uma das mais baixas taxas de crescimento no período. Isto fez com que sua participação no total de ocupados caísse de 20.4% (2001) para 17.8% (2009). Uma das explicações para essa redução está relacionada à grande presença desta categoria no setor agrícola, o qual vem perdendo participação no conjunto das ocupações em Santa Catarina, conforme veremos mais adiante.

Esse aspecto tem implicações diretas sobre a categoria dos não remunerados, que também vem reduzindo sua participação nas ocupações totais. Como este é um tipo de ocupação fortemente associada às atividades agrícolas de caráter familiar, a taxa anual negativa de 3,29% fez com que sua participação caísse de 10% (2001) para 6,5% (2009). A categoria dos empregadores também apresentou uma elevada taxa anual de crescimento (3,49%) no período. Todavia sua participação no total das ocupações não ultrapassou a 7% no último ano considerado.

Finalmente, a categoria dos trabalhadores domésticos apresentou baixa taxa anual de crescimento (0,77%) no período considerado. Com isso, sua participação no total das ocupações se reduziu de 6% (2001) para 5% (2009). De alguma forma, esse comportamento não pode ser analisado negativamente, uma vez que essa categoria de trabalhadores concentra a grande maioria dos postos informais de trabalho.

A Tabela 5 desagrega as mesmas informações por gênero com objetivo de mostrar em qual dessas categorias ocorreu maior inserção das mulheres.

A segunda categoria mais relevante ainda continua sendo a dos trabalhadores por conta própria, porém com uma das mais baixas taxas de crescimento no período. Isto fez com que sua participação no total de ocupados caísse de 20.4% (2001) para 17.8% (2009). Uma das explicações para essa redução está relacionada à grande presença desta categoria no setor agrícola, o qual vem perdendo participação no conjunto das ocupações em Santa Catarina, conforme veremos mais adiante.

Esse aspecto tem implicações diretas sobre a categoria dos não remunerados, que também vem reduzindo sua participação nas ocupações totais. Como este é um tipo de ocupação fortemente associada às atividades agrícolas de caráter familiar, a taxa anual negativa de 3,29% fez com que sua participação caísse de 10% (2001) para 6,5% (2009). A categoria dos empregadores também apresentou uma elevada taxa anual de crescimento (3,49%) no período. Todavia sua participação no total das ocupações não ultrapassou a 7% no último ano considerado.

Inicialmente, verifica-se que a participação das mulheres empregadas aumentou a uma taxa anual superior a 5%, fazendo com que a participação delas nesta categoria subisse de 39% (2001) para 43% (2009). Em termos absolutos, as mulheres ampliaram sua presença no período em 293 mil, o que equivale a 50 mil novos postos de trabalho a mais do que os gerados para os homens nessa categoria de emprego.

Já as mulheres empregadoras apresentaram a maior taxa anual de crescimento (6,3%), fazendo com que as mesmas passassem a responder, em 2009, por 30% da categoria específica. Registre-se, todavia, que a categoria de empregadores representava menos de 7% do total de ocupados no último ano do período considerado.

Tabela 5 - Santa Catarina: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência da pesquisa, por sexo e posição na ocupação. 2001 e 2009.

(Em mil pessoas)

Posição na ocupação no trabalho principal	Sexo	2001	2009	Índice de Variação	Taxa anual 2001/09
Total	Total	2.746	3.311	1,21	2,37
	Homem	1.614	1.882	1,17	1,94
	Mulher	1.132	1.429	1,26	2,96
Empregados	Total	1.576	2.112	1,34	3,73
	Homem	967	1.210	1,25	2,84
	Mulher	609	902	1,48	5,03
Trab. domésticos	Total	158	168	1,06	0,77
	Homem	7	9	1,29	3,19
	Mulher	151	159	1,05	0,65
Conta própria	Total	560	591	1,06	0,68
	Homem	413	433	1,05	0,59
	Mulher	147	158	1,07	0,91
Empregadores	Total	171	225	1,32	3,49
	Homem	129	158	1,22	2,57
	Mulher	41	67	1,63	6,33
Não remunerados	Total	281	215	0,77	-3,29
	Homem	97	72	0,74	-3,66
	Mulher	184	143	0,78	-3,10

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pelos autores.

Nota: Exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso.

Por fim, deve-se ressaltar a importante redução anual (-3.10%) ocorrida na categoria das mulheres não remuneradas. Embora permanecessem respondendo, em 2009, por mais de 66% do total dessa categoria, no período 41 mil mulheres deixaram de fazer parte da população ocupada enquadrada como não remunerada. Como afirmamos anteriormente, este fato diz respeito ao comportamento negativo do setor agrícola.

A Tabela 6 apresenta a evolução da formalização do emprego agregadamente e por gênero, para a categoria dos empregados.

Tabela 6 - Santa Catarina: Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência da pesquisa, por sexo e categoria do emprego. 2001 e 2009. (Em mil pessoas)

Categoria do emprego	Sexo	2001	2009	Índice de Variação	Taxa anual 2001/09
Empregados	Total	1.576	2.112	1,34	3,73
	Homem	967	1.210	1,25	2,84
	Mulher	609	902	1,48	5,03
Com carteira de trabalho assinada	Total	1.101	1.527	1,39	4,17
	Homem	686	904	1,32	3,51
	Mulher	415	623	1,50	5,21
Militares e funcionários públicos	Total	138	192	1,39	4,21
	Homem	66	74	1,12	1,44
	Mulher	72	118	1,64	6,37
Sem carteira de trabalho assinada	Total	337	393	1,17	1,94
	Homem	215	231	1,07	0,90
	Mulher	121	162	1,34	3,71

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pelos autores.

A primeira constatação importante é que se observa uma inversão da tendência da década anterior, uma vez que os empregos formais cresceram em mais de 4% ao ano, enquanto as ocupações informais cresceram a taxas inferiores a 2% ao ano.

Com isso, a participação dos empregos formais (com carteira assinada + militares e funcionários públicos) no total cresceu de 78.6% (2001) para 81% (2009). Em termos absolutos, isso significou a expansão de 480 mil empregados atuando com contratos formais de trabalho. Já as contratações sem carteira de trabalho assinada no mesmo período foram de apenas 56 mil pessoas. Esse comportamento foi responsável por situar Santa Catarina entre as unidades da federação com os maiores índices de formalidade do mercado de trabalho. Dentre os empregados com carteira assinada, observa-se que as mulheres apresentaram a maior taxa de crescimento anual (5,21%), enquanto a dos homens ficou em 3,51%. Isso fez com que a participação das mulheres nesse quesito (carteira assinada) passasse de 37% (2001) para 41% (2009). Em termos absolutos, todavia, no período ocorreu a incorporação de 218 mil homens com carteira assinada contra 208 mil mulheres.

Finalmente, deve-se destacar o importante crescimento do emprego formal das mulheres na categoria “Militares e Funcionários Públicos”, as quais passaram a responder, em 2009, por mais de 61% do total de postos de trabalho dessa categoria. Em parte, esse crescimento se explica pelo fato de que, com a expansão das atividades econômicas ao longo de toda década, houve maior capacidade dos órgãos públicos de contratar pessoal. Além disso, não se deve descartar também a mudança na esfera política, uma vez que na década anterior a filosofia reinante era “demitir” funcionários públicos.

3.3 A ocupação segundo os ramos de atividade econômica

A Tabela 7 apresenta a dinâmica das ocupações segundo os diferentes ramos de atividades. Inicialmente destaca-se a forte tendência de queda das ocupações do ramo

agrícola, uma vez que 117 mil pessoas perderam seus postos de trabalho neste setor entre 2002 e 2009⁵.

A contínua modernização das atividades do campo, somada às dificuldades de sobrevivência dos agricultores familiares com pouca terra, explica esse processo, que se agravou muito nos anos de 1990 no estado de Santa Catarina. Com isso, o setor agrícola continuou liberando mão de obra para os demais setores da economia catarinense, apresentando um decréscimo da ordem de 2,51% ao ano no número de ocupados.

Tabela 7 - Santa Catarina: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, por ramos de atividade do trabalho principal no período de referência de 365 dias. 2002 e 2009. (Em mil pessoas)

Ramos de atividade	2002	2009	Índice de Variação	Taxa anual 2002/09
Total	3.127	3.630	1,16	2,15
Agrícola	718	601	0,84	-2,51
Indústria	692	808	1,17	2,24
Indústria de transformação	675	787	1,17	2,22
Construção	188	224	1,19	2,53
Comércio e reparação	506	702	1,39	4,79
Alojamento e alimentação	98	114	1,16	2,18
Transporte, armazen. e comunicação	123	147	1,20	2,58
Administração pública	119	147	1,24	3,06
Educação, saúde e serviços sociais	207	291	1,41	4,99
Serviços domésticos	198	180	0,91	-1,35
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	90	146	1,62	7,16
Outras atividades	184	266	1,45	5,41
Atividades mal definidas ou não declaradas	3	-	-	-
Atividades mal definidas	-	2	-	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pelos autores.

⁵ Esta subseção concentra-se no período de 2002 a 2009, para o qual os dados da PNAD estão disponíveis.

O Gráfico 1 ilustra bem esse processo. Com isso, a participação das ocupações agrícolas na ocupação total caiu de 23% (2002) para 16,5% (2009).

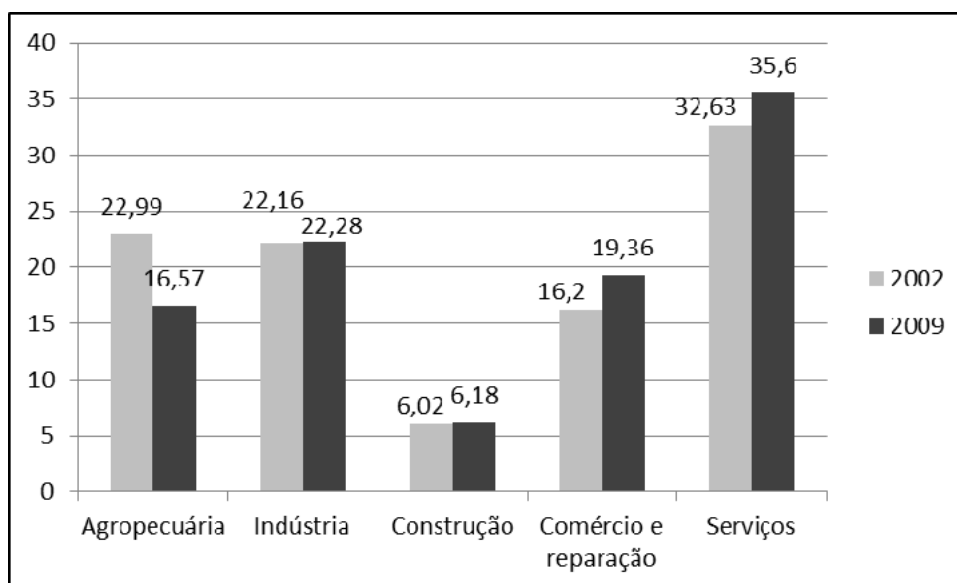


Gráfico 1 – Santa Catarina: Distribuição percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no período de 365 dias, por ramos de atividade. (2002 e 2009)

Fonte: IBGE. Elaborado pelos autores.

Esse comportamento do mercado de trabalho agrícola se reflete sobre a composição setorial do valor adicionado catarinense⁶. Com isso, nota-se que a participação do setor agrícola no Produto Interno Bruto (PIB) estadual declinou de 9% para 8% entre 2001 e 2008. Ao mesmo tempo, a participação da indústria teve pouca variação, mantendo-se ao redor de 34% em todo o período analisado, enquanto o setor de serviços ganhou importância, aumentando sua participação de 56% para 58% do PIB catarinense (IBGE, 2010b).

Para o ramo industrial, em função de sua importância histórica para a economia catarinense, serão feitos comentários adicionais sobre fatores que influenciaram a dinâmica do trabalho neste setor. Contando com uma estrutura industrial diversificada, Santa Catarina possui diversos setores industriais de importância nacional, destacando-se a indústria de alimentos, têxtil, máquinas e equipamentos, minerais não metálicos, entre outros.

A partir de 2000, a quantidade produzida pela indústria do Estado apresentou grandes variações, com aumento mais significativo nos anos de 2004 e 2007, quando cresceu 11,4% e 5,4%, respectivamente, e redução maior em 2002 (-8,21%) e 2009 (-7,75%). Em 2002, a economia brasileira enfrentou uma crise – que também afetou a Argentina – a qual provocou redução nos fluxos de capital, fato que somado às incertezas sobre a situação política (eleições presidenciais) impactou na produção da indústria catarinense. Do mesmo modo, a crise mundial pós 2008 afetou diretamente a produção industrial do estado. Os anos de 2002 e 2007 foram de recuperação, seguindo cenários favoráveis nacional e internacionalmente. No período entre 2002 e 2008 – para o qual há dados disponíveis – o número de unidades

⁶ Valor adicionado bruto é o valor que cada atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. É valorado a preço básico, isto é, o valor de produção sem a incidência dos impostos sobre produtos deduzido do consumo intermediário, que está valorada a preços de mercado.

industriais em território catarinense aumentou de 11. 410 para 16. 483. Já o valor bruto da produção industrial do Estado mais do que dobrou em termos nominais, passando de R\$ 30,3 bilhões de reais, em 2002, para R\$ 75,2 bilhões em 2008⁷.

Em que pese o comportamento errático da taxa de câmbio no período, o valor das exportações de produtos industrializados catarinenses subiu de US\$ 2,0 bilhões, em 2001, para US\$ 3,6 bilhões, em 2009, após ter atingido o valor recorde de US\$ 5,0 bilhões no ano de 2008. Com isso, o ganho gerado pelas exportações de produtos industrializados de Santa Catarina cresceu mais de 77%⁸ no período entre 2001 e 2009.

Essa expansão da produção industrial fez com que o número de ocupados nesse setor crescesse a taxas de 2,24% ao ano entre 2002 e 2009. Assim, foram gerados 116 mil postos de trabalho, sendo que a grande maioria deles (112 mil) localizou-se na indústria de transformação. Com isso, o setor industrial passou a responder por aproximadamente 23% do total das ocupações catarinenses no ano de 2009. Fazendo um paralelo com o país, verifica-se que a participação da indústria no total de ocupações nacionais é ligeiramente inferior a 15%, o que demonstra a importância desse setor para o mercado de trabalho em Santa Catarina.

O ramo da construção civil apresentou taxas anuais de crescimento da ordem de 2,53%, o que resultou na absorção de 36 mil novos trabalhadores. Em grande medida, esse comportamento positivo está relacionado às novas políticas habitacionais do Governo Federal que impulsionaram o setor. O número de financiamentos habitacionais concedidos pelo país teve aumento expressivo ao longo de toda a primeira década do Século XXI, atingindo em 2007 patamares similares aos verificados nos anos de 1980, quando o país ainda contava com o extinto BNH – Banco Nacional de Habitação. Essa trajetória se refletiu em Santa Catarina, uma vez que dados divulgados pelo Banco Central revelam que o número de unidades financiadas (construção + aquisição) no estado passou de 228, em 2002, para 11.947, em 2009, significando um aumento de mais de 5.000%⁹. Com isso, o setor da construção manteve sua participação nas ocupações totais ao redor de 6%.

O ramo do comércio e reparações cresceu a uma taxa anual de 4,79%, posicionando-o entre os ramos mais dinâmicos quanto à geração de ocupações de trabalhadores. Com 702 mil pessoas vinculadas, pela primeira vez este ramo supera o agrícola, em termos do número total de ocupados. Com isso, sua participação nos empregos totais do estado passou de 16% (2002) para 19% (2009).

Nesta trajetória expansiva, destaca-se também o ramo Administração Pública, que cresceu a taxas de 3,06% ao ano no período considerado. Com 147 mil pessoas empregadas em 2009, esse ramo passou a responder por mais de 4% do total de ocupados no Estado. Em grande parte, essa resposta positiva do setor público está relacionada ao processo de reaparelhamento dos órgãos estatais. Registre-se que o governo catarinense passou a implementar, a partir de 2003 a política de descentralização administrativa, com a criação 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, com a função de organizar e estimular o desenvolvimento regional. Paralelamente a isso, verifica-se também que o próprio Governo

⁷ Os dados estruturais da indústria são os da PIA – Pesquisa Industrial Anual, do IBGE. Disponíveis em http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#economia. Acesso em 04/2011. Como referência, o IPCA no período foi de 59,59%.

⁸ Secex. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Balança Comercial: Unidades da Federação. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em 04/2011.

⁹ Banco Central. Estatísticas Básicas do SFH. Financiamentos Imobiliários e Habitacionais (SBPE). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/FIS/SFH/PORT/est2002/01/SFHFINANC.asp>.

Federal adotou, no mesmo período, uma política de recomposição da força de trabalho na maioria de seus órgãos presentes em Santa Catarina, após vários anos sem contratação.

Finalmente, o ramo de serviços apresentou uma tendência de crescimento em todos os subsetores, exceto no caso dos Serviços Domésticos, onde se observaram taxas anuais negativas da ordem de 1,35% ao ano entre 2002 e 2009. Todos os demais setores de serviços aumentaram o número de ocupados, com destaque para Serviços coletivos, sociais e pessoais; Educação saúde e serviços sociais; Transporte, armazenagem e comunicação. Essa expansão positiva dos empregos em praticamente todos os subsetores fez com que o ramo de serviços assumisse o primeiro posto em termos de participação nas ocupações totais do estado.

A Tabela 8 apresenta as mesmas informações anteriores, porém com um corte sobre a temática de gênero com objetivo de identificar a predominância do trabalho masculino e/ou feminino em determinados ramos de atividade. Inicialmente, nota-se a existência de dois extremos bem definidos.

Tabela 8 - Santa Catarina: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no trabalho principal, no período de referência de 365 dias, por sexo e ramos de atividade. 2002 e 2009.

(Em mil pessoas)

Ramo de atividade	2002		2009		Índice de Variação	Taxa anual 2002/09
	Fr. Abs.	%	Fr. Abs.	%		
Homem						
Total	1.755	100,00	2.014	100,00	1,15	1,99
Agrícola	409	23,30	358	17,78	0,88	-1,88
Indústria	435	24,79	478	23,73	1,10	1,36
Construção	182	10,37	213	10,58	1,17	2,27
Comércio e reparação	300	17,09	430	21,35	1,43	5,28
Alojam. e alimentação	40	2,28	45	2,23	1,13	1,70
Trans., arm. e comunicação	107	6,10	128	6,36	1,20	2,59
Administração pública	80	4,56	85	4,22	1,06	0,87
Educ., saúde e serv. sociais	42	2,39	64	3,18	1,52	6,20
Serviços domésticos	10	0,57	8	0,40	0,80	-3,14
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	35	1,99	53	2,63	1,51	6,11
Outras atividades	112	6,38	150	7,45	1,34	4,26
Ativ. mal defin. ou não declaradas	2	0,11	-	-	-	-
Ativ. mal definidas	-	-	1	0,05	-	-
Mulher						
Total	1.373	100,00	1.616	100,00	1,18	2,36
Agrícola	309	22,51	243	15,04	0,79	-3,37
Indústria	257	18,72	331	20,48	1,29	3,68
Construção	7	0,51	12	0,74	1,71	8,00
Comércio e reparação	206	15,00	272	16,83	1,32	4,05
Alojam. e alimentação	58	4,22	69	4,27	1,19	2,51
Trans., armazen. e comunicação	15	1,09	19	1,18	1,27	3,43
Administração pública	39	2,84	62	3,84	1,59	6,85
Educ., saúde e serv. sociais	165	12,02	227	14,05	1,38	4,66

Serviços domésticos	188	13,69	172	10,64	0,91	-1,26
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	56	4,08	93	5,75	1,66	7,52
Outras atividades	72	5,24	116	7,18	1,61	7,05
Ativ. mal defin. ou não declaradas	1	0,07	-	-	-	-
Ativ. mal definidas	-	-	1	0,06	-	-

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pelos autores.

Por um lado, existe uma forte concentração de mão de obra masculina no ramo da construção civil e, por outro, uma concentração de mulheres no ramo de serviços domésticos. No primeiro caso, os homens são responsáveis por 95% das ocupações, enquanto que, no segundo, as mulheres são responsáveis por 96% do total de empregados.

3.4 As ocupações segundo os níveis de rendimentos

A Tabela 9 apresenta o comportamento das ocupações de acordo com as diferentes classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. Inicialmente observa-se que todas as classes de rendimento até 5 salários mínimos apresentaram crescimento no período, destacando-se as taxas anuais de crescimento da classe “mais de ½ a um salário mínimo” (6,14%) e “mais de 1 a 2 salários mínimos” (4,96%).

Da população total ocupada, nota-se que 1.673 milhões de trabalhadores tinham um rendimento de até dois salários mínimos mensais. No ano de 2001, essa classe de rendimento representava 39% do total de ocupados, passando para 49% do total da PEA no ano de 2009. Se a este contingente agregarmos o total de pessoas sem rendimento (321 mil) verifica-se que 58% dos trabalhadores catarinenses tem um nível de rendimento mensal que não ultrapassa a 2 salários mínimos. Entretanto, não se deve deixar de registrar que, no período considerado, observou-se uma vigorosa valorização do salário mínimo em termos reais, o que pode explicar parte desse resultado¹⁰.

Registre-se que das 580 mil ocupações criadas ao longo do período considerado, 550 mil (95%) se situam nas classes de rendimento que não ultrapassam a dois salários mínimos.

Isso significa que a maioria dos novos postos de trabalho criados recentemente, embora formalizados, se concentraram nas categorias de menor rendimento, em detrimento das melhores faixas de remuneração. É justamente esse movimento que não permite que a redução do diferencial de rendimento do trabalho seja mais rápida, mantendo com isso a concentração de renda em patamares elevados, comparativamente aos padrões internacionais.

Esse aspecto é ainda mais grave quando consideramos apenas os trabalhadores com renda de até um salário mínimo (470 mil pessoas). No ano de 2001, observa-se que eles representavam menos de 10% do total, passando para 14% em 2009. Por mais que a política recente de valorização do salário mínimo tenha ajudado a reduzir as disparidades de rendimentos do trabalho, essas informações revelam que quase a metade dos trabalhadores catarinenses tem um baixíssimo poder aquisitivo.

¹⁰ Os valores reais, calculados pelo IPEA, mostram que o salário mínimo passou de R\$ 363,43 para R\$543,18 no período compreendido entre os meses de setembro de 2001 e setembro de 2009 (meses de referência da PNAD). A Série do IPEA é calculada em reais (R\$) constantes do último mês, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em 06/2012.

Se a esse contingente (pessoas sem renda e/ou com renda de até 2 salários mínimos) agregarmos as pessoas com rendimento de até 3 salários mínimos mensais, nota-se que, no ano de 2009, essas classes de renda respondiam por mais de 74% da PEA total, o que revela a disparidade de renda ainda presente no mercado de trabalho catarinense, uma vez que a grande maioria da população economicamente ativa se situa em baixas faixas salariais.

Tabela 9 - Santa Catarina: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência da pesquisa, or classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. 2001-2009. Em mil pessoas)

Classes de rendimento mensal	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Índice de Variação	Tx anual 2001/09
Total	2.842	2.939	2.975	3.133	3.165	3.231	3.310	3.286	3.421	1,20	2,34
Até 1/2 SM	80	97	98	102	88	96	75	115	106	1,33	3,58
1/2 a 1 SM	226	282	278	312	353	378	325	361	364	1,61	6,14
1 a 2 SM	817	819	850	1.011	1.041	1.098	1.126	1.180	1.203	1,47	4,96
2 a 3 SM	506	502	521	437	459	475	556	514	549	1,08	1,02
3 a 5 SM	419	409	401	480	407	351	406	435	467	1,11	1,36
5 a 10 SM	254	243	254	266	265	290	282	248	251	0,99	-0,15
10 a 20 SM	108	90	114	92	84	75	95	80	91	0,84	-2,12
20 SM e mais	32	27	37	20	20	26	17	17	23	0,72	-4,04
Sem rendimento	376	451	392	387	405	416	407	309	321	0,85	-1,96
Sem declaração	24	18	29	25	42	25	21	28	45	1,88	8,17

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pelos autores.

A Tabela 10 desagrega essas mesmas informações pela condição de gênero, mostrando que, em 2009, os homens continuavam respondendo por 56% da força de trabalho catarinense. Essa informação é extremamente relevante porque permite identificar, via classes de rendimento mensal, a disparidade de renda entre homens e mulheres que persiste no mercado de trabalho catarinense, à luz de situação idêntica observada no mercado de trabalho brasileiro.

Inicialmente, observa-se que a grande maioria dos homens se situa nas classes de rendimento mensal de mais de 1 a 5 salários mínimos. Em 2001, essas classes representavam 65% do total de homens ocupados, passando para 69% no ano de 2009. Já a participação das pessoas do sexo masculino com rendimento abaixo de 1 salário mínimo ficou estabilizada ao redor de 8%.

Por sua vez, a grande maioria das mulheres ocupadas se situa nas faixas de rendas de até 2 salários mínimos. Em 2001, essas classes de rendimento representavam 47% das mulheres ocupadas, passando para 57% em 2009. Isso significa que a ampliação do espaço da mulher no mercado de trabalho está ocorrendo nas classes inferiores de renda, fato que ajuda a manter a disparidade comparativamente aos homens. Das 305 mil novas ocupações por mulheres no período considerado, 288 mil se situaram nas classes de rendimento de até 2 salários mínimos.

Agregue-se a isso o fato de que do total de pessoas sem rendimento (321 mil no ano de 2009), 65% são mulheres. Em grande parte, isso se explica pelas ocupações precárias das mulheres nas atividades agrícolas das unidades familiares de produção, em que o homem

como chefe do estabelecimento declara sua renda, enquanto a mulher entra como trabalhadora ocupada, porém sem remuneração.

Tabela 10 - Santa Catarina: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência da pesquisa, por sexo e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. 2001 e 2009. (Em mil pessoas)

Classes de rendimento mensal	2001	2009	Índice de Variação	Taxa anual 2001/09
Homem				
Total	1.650	1.925	1,17	1,95
Até 1/2 SM	29	37	1,28	3,09
Mais de 1/2 a 1 SM	100	142	1,42	4,48
Mais de 1 a 2 SM	429	641	1,49	5,15
Mais de 2 a 3 SM	337	367	1,09	1,07
Mais de 3 a 5 SM	307	321	1,05	0,56
Mais de 5 a 10 SM	186	181	0,97	-0,34
Mais de 10 a 20 SM	85	73	0,86	-1,88
Mais de 20 SM	26	21	0,81	-2,63
Sem rendimento	133	113	0,85	-2,02
Sem declaração	18	29	1,61	6,14
Mulher				
Total	1.191	1.496	1,26	2,89
Até 1/2 SM	51	69	1,35	3,85
Mais de 1/2 a 1 SM	125	221	1,77	7,38
Mais de 1 a 2 SM	388	562	1,45	4,74
Mais de 2 a 3 SM	170	182	1,07	0,86
Mais de 3 a 5 SM	112	146	1,30	3,37
Mais de 5 a 10 SM	68	70	1,03	0,36
Mais de 10 a 20 SM	23	18	0,78	-3,02
Mais de 20 SM	5	2	0,40	-10,82
Sem rendimento	242	208	0,86	-1,87
Sem declaração	6	17	2,83	13,90

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pelos autores.

A Tabela 11 explora um pouco mais as questões anteriores, cruzando dados sobre escolaridade e classes de rendimento mensal. Analisando-se inicialmente a alocação geral por anos de estudo, observa-se que, em 2001, a maior parte dos ocupados (35,1%) se localizava no grupo de 4 a 7 anos de estudo. Já em 2009, o grupo com maior número de ocupados passou a ser o de 11 a 14 anos de estudo. Por outro lado, nota-se também que enquanto o número de ocupados nos grupos com 11 ou mais anos de estudo ganhou importância no período, todos com menos de 11 anos de escolaridade perderam espaço dentre os ocupados. O grupo de 15 anos ou mais de estudo, equivalente a curso superior completo, quase dobrou sua participação no período - entre 2001 e 2009 subiu de 6,5% para 12,5% o percentual de ocupados que estavam nesse grupo. Esses dados ressaltam dois aspectos importantes: por um lado, sinalizam que há uma demanda maior no mercado de trabalho por mão de obra cada vez mais qualificada e, por outro, atestam que os novos entrantes no mercado de trabalho são cada vez mais escolarizados, o que comprova a importância da escolaridade enquanto instrumento de acesso ao mercado de trabalho.

Além de ser passaporte para o ingresso no mercado de trabalho, a escolaridade provoca também reflexos diretos sobre os níveis de rendimento. Assim, percebe-se que o conjunto de ocupados com menos de 10 anos de estudo – o que corresponde no máximo ao

ensino médio incompleto – localiza-se nas classes de rendimento inferiores, particularmente de ½ a dois salários mínimos. O oposto ocorre com os maiores níveis de instrução. Assim, na classe de rendimentos entre 10 e 20 salários mínimos, 55% dos ocupados tinham 15 anos ou mais de estudo, enquanto que dentre os que ganhavam mais de 20 salários mínimos, 57% tinham 15 anos ou mais de estudo.

A classe “sem rendimento” talvez seja aquela que explicita melhor a relação entre grau de escolaridade e níveis de rendimento do trabalho. Assim, nota-se que a grande maioria dos ocupados que declararam não ter nenhum tipo de renda é composta por pessoas com nível de escolaridade extremamente baixo. Em 2009, por exemplo, mais de 80% dos sem rendimento se situavam entre os grupos “sem instrução a 7 anos de estudo”, o que corresponde ao ensino fundamental incompleto.

Tabela 11 - Santa Catarina: Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência da pesquisa, por anos de estudo e classes de rendimento mensal de todos os trabalhos. 2001 e 2009.

Classes de rendimento mensal	Sem instrução e menos de 1 ano		1 a 3 anos		4 a 7 anos		8 a 10 anos		11 a 14 anos		15 anos ou mais	
	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009	2001	2009
Total	3,7	3,6	10,5	6,3	35,1	22,4	20,1	19,7	23,1	35,0	6,5	12,5
Até 1/2 SM	8,8	11,2	21,3	13,1	55,0	32,7	7,5	28,0	6,3	13,1	0,0	0,9
1/2 a 1 SM	8,0	5,8	14,2	9,9	38,7	29,4	24,9	25,3	12,9	26,1	0,0	2,5
1 a 2 SM	4,4	3,2	11,4	6,2	40,4	23,8	22,2	23,3	19,1	38,4	1,0	4,4
2 a 3 SM	2,4	2,0	8,5	4,6	30,5	16,9	23,4	20,9	30,1	43,0	4,1	12,4
3 a 5 SM	1,0	1,5	5,3	2,6	28,4	14,6	22,2	12,8	34,4	42,4	8,4	25,9
5 a 10 SM	0,4	0,4	2,8	2,4	20,1	10,0	16,9	10,8	39,0	37,5	20,5	39,0
10 a 20 SM	1,9	1,1	2,8	0,0	8,3	4,3	10,2	8,6	33,3	31,2	43,5	54,8
20 SM e mais	0,0	0,0	3,2	0,0	6,5	8,7	6,5	8,7	19,4	26,1	64,5	56,5
S/ rendimento	6,6	8,4	20,4	13,7	51,7	43,8	14,6	16,5	5,0	15,5	0,3	1,6
S/ declaração	4,2	8,7	16,7	6,5	20,8	15,2	12,5	15,2	37,5	32,6	8,3	21,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaborado pelos autores.

Já as classes de rendimento de mais 3 a 5 salários mínimos e de mais de 5 a 10 salários mínimos são majoritariamente compostas por pessoas ocupadas com escolaridade entre 11 a 14 anos, o que corresponde ao ensino médio completo.

De uma maneira geral, os dados parecem estar revelando nitidamente três situações distintas, em termos do cruzamento da escolaridade com renda: uma primeira em que se encontram as pessoas ocupadas com baixos salários e baixo nível de escolaridade; uma segunda em que ao nível médio de escolaridade corresponde um nível médio de salários (5 a 10 salários mínimos); e uma terceira situação em que as elevadas classes de rendimentos são destinadas apenas àquelas parcelas da população com nível de escolaridade superior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira década do Século XXI mostrou uma tendência oposta àquela verificada nos anos de 1990, quando ocorreu um processo de reestruturação produtiva no âmbito da chamada globalização econômica, com impactos negativos sobre o mercado de trabalho. Neste novo cenário, houve recuperação e expansão das atividades econômicas com efeitos positivos sobre os níveis de emprego e de salários em praticamente todos os setores.

No caso particular de Santa Catarina, notou-se que a PEA cresceu a taxas anuais de 2,5%, porém com forte distinção em relação à situação domiciliar. Assim, enquanto a PEA urbana crescia 2,9% ao ano, a PEA rural crescia a taxas anuais de 0,6%. Com isso, configurou-se no Estado uma situação em que 81% dos ocupados estão domiciliados em áreas classificadas pelo IBGE como urbanas.

Mas este comportamento também é distinto quando se considera a condição de gênero, uma vez que a taxa de crescimento dos homens foi de 17% no período, enquanto a das mulheres atingiu 29%, revelando a crescente inclusão das mulheres no mercado de trabalho catarinense. Mesmo assim, essas trabalhadoras enfrentam problemas de alocação da sua força de trabalho, uma vez que respondem por 60% da PEA desocupada do Estado.

Quanto às categorias de trabalhadores, verificou-se que os empregados apresentaram as maiores taxas anuais de crescimento. Com isso, passaram a responder por 64% da PEA total do Estado. Por outro lado, caiu a participação dos trabalhadores por conta própria e dos não remunerados no conjunto dos ocupados. Esse fato guarda relação direta com a redução da participação do trabalho do setor agrícola no geral.

Essa consolidação da categoria dos empregados impulsionou o processo de formalização do mercado de trabalho, cujas taxas de crescimento dos postos formais foram de 4% ao ano contra 2% das taxas de informalidade, sendo que o crescimento do mercado formal foi muito maior para as mulheres, comparativamente aos homens. Esse movimento inverteu uma tendência da década anterior, marcada pela expansão das relações informais de trabalho.

Do ponto de vista dos ramos de atividades, observou-se queda de participação na PEA das pessoas ocupadas no ramo agrícola, ao mesmo tempo em que se verificou uma expansão das ocupações nos ramos do comércio e de serviços. Já os ramos da indústria e da construção civil mantiveram estável sua participação na PEA estadual.

Um olhar sobre os rendimentos mostrou algumas características importantes. Em primeiro lugar, notou-se que aproximadamente 50% da PEA tem níveis salariais de até 2 salários mínimos. Se a este contingente for agregada a categoria dos “sem remuneração”, atingi-se 58% do total de ocupados, ou seja, quase 60% da PEA catarinense tem níveis de renda que não ultrapassam a 2 salários mínimos, configurando-se uma situação de baixíssimo poder aquisitivo para a imensa maioria dos trabalhadores. Além disso, ressalta-se que 95% das ocupações criadas na primeira década do Século XXI se situaram na faixa de até 2 salários.

Essa baixa remuneração afeta mais fortemente as pessoas do sexo feminino, uma vez que 57% das mulheres ocupadas recebiam, em 2009, até 2 salários mínimos. Com isso, as mulheres recebiam um rendimento médio que correspondia a 60% do rendimento médio masculino, o que confirma a existência de uma forte discriminação salarial entre homens e mulheres também no estado de Santa Catarina.

Esse conjunto de características revela algumas tendências: a) concentração dos postos de trabalho no setor terciário da economia; b) redução progressiva da participação do emprego agrícola no emprego total; c) persistência das disparidades de renda entre homens e mulheres; d) novos empregos gerados, embora formalizados, concentram-se em faixas salariais inferiores, particularmente naquelas que não ultrapassam a 2 salários mínimos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BALTAR, Paulo; MATTOSO, Jorge. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Cadernos do CESIT*. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, n. 21, 1996.

CUNHA, Idaulo José. *O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil*. Florianópolis (SC): Paralelo 27, 1992.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/IE, 1997

DIEESE-SC. *Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina*. Florianópolis, Estudo Especial. 1996.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Contas Regionais do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)*. Rio de Janeiro: IBGE, diversos anos.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis (SC): Cidade Futura, 2002.

HOBBSAWM Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LINS, Hoyêdo Nunes. Reestruturação produtiva e impactos sócio-espaciais. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas / UFSC, Abril de 1998, 20p. (Texto para discussão, nº 04/98).

_____. *Reestruturação produtiva em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. A sócioeconomia catarinense no limiar do século XXI. In: PEREIRA, Laércio Barbosa, CÁRIO, Sílvio, KOEHLER, Márcio. (org). *Padrão competitivo e dinâmica econômica competitiva: estudo sobre setores selecionados em SC*. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2001, 196 p.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. *Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/IE, 2001.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 2002.

Recebido em: 26 março de 2011

Aceito em: 11 de outubro de 2011